

REVISTA ELEITORAL

PUBLICAÇÃO MENSAL ESPECIALIZADA

Redação :

AVENIDA NILO PEÇANHA N.º 12-8.º and.
Grupo 802 — Tel. 42-5737

Rio de Janeiro — Março e Abril de 1954

ANO III

VOLUME VIII

N.ºs 3 e 4

SUMÁRIO

APÊLO AOS JUIZES ELEITORAIS

(Discurso pronunciado pelo Sr. Ministro Edgard Costa)

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

(Dados biográficos dos seus juizes)

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

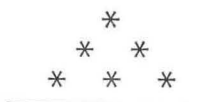
(A partir da vigência do Código, por assunto e em
ordem alfabética)

CÓDIGO ELEITORAL (Atualizado)

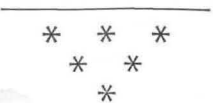
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL



Consulte também o APÊNDICE, nas últimas páginas



Dr. PLÍNIO DE FREITAS TRAVASSOS
Procurador Geral da República



Dr. PLINIO DE FREITAS TRAVASSOS

Nasceu em Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro em 1.º de agosto de 1893. Filho do Engenheiro-civil Dr. Godofredo de Freitas Travassos e de Deodata Coelho Bastos de Freitas Travassos. Formou-se em Direito, em 1913, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, após ter sido aprovado com distinção na maior parte das cadeiras em curso.

Em 1914, começou a advogar nesta Capital e em Niterói, tendo sido em 1916 nomeado 1.º Delegado Auxiliar da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até ser nomeado, em 1918, 2.º Delegado Auxiliar. Em 1921 foi investido nas funções de Procurador da República no referido Estado, havendo sido promovido, em 1939, a Procurador da República no Distrito Federal. Foi, pelo Presidente da República, designado, em 1925, para, em comissão, funcionar no processo relativo à sedição ocorrida no Estado de Sergipe em 1924, e, em 1926, funcionou em processo instaurado em virtude de novo delito político naquela unidade da federação. Ainda no mesmo ano de 1926 foi, por ato do Chefe do Governo, designado para atuar no processo referente aos sucessos subversivos ocorridos em 1924, no Estado de São Paulo. Em 1937, foi nomeado membro da Comissão Revisora dos atos do Governo Provisório e, em 1939, membro da Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras. Nomeado, em 1946, para integrar, pelo prazo de um ano, o Conselho de Terras da União, então criado, foi o seu mandato renovado, em 1947, por três anos. Em 1939, foi designado pelo Procurador Geral da República para acompanhar os trabalhos da Comissão de Desapropriação de Terras no Galeão (Ilha do Governador) e promover os respectivos processos judiciais, comissão essa que exerceu até ser Procurador Geral da República. Colaborou, a convite da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, na elaboração de um anti-projeto de lei sobre propriedades ligadas a terras devolutas. Em 1940 fez parte da Comissão, no Departamento Administrativo do Serviço Público, onde teve oportunidade de estudar a reforma da Procuradoria do

Domínio da União. Integrou, outrossim, a Comissão que, sob a presidência do Consultor Geral da República foi, em 1943, escolhido para rever, nos impedimentos do seu colega Dr. Luiz Gallotti, os pareceres, em recursos extraordinários, proferidos pelos Procuradores Adjuntos. Integrou, em 1944, por designação do Procurador Geral da República, a Comissão presidida pelo Coordenador da Mobilização Econômica para estudar a situação econômico-financeira da exploração dos depósitos de turfa nas circunvizinhanças das lagoas de Jacarepaguá e Marapendí e examinar o aspecto jurídico da propriedade das respectivas terras. Em 1946, o Procurador Geral da República o indicou para integrar a Comissão encarregada de examinar a situação dos feitos de interesse da Fazenda Nacional em primeira instância, perante a Justiça do Distrito Federal, bem como do pessoal da Procuradoria Regional da República no Distrito Federal e sugerir as medidas necessárias ao melhor andamento dos aludidos serviços. Foi, por decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, de 23-9-1949, nomeado Procurador Geral da República, cargo do qual tomou posse e assumiu o exercício em 26 do mesmo mês. Fez parte do Conselho da Ordem dos Advogados e do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Integra a Ordem dos Advogados e o Instituto dos Advogados do Brasil. Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito.